

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de História



STÉFANI HOLLMANN

**COMÉRCIO DE CATIVOS NO RIO DA PRATA: OS
TRAFICANTES DE ESCRAVOS NA COLÔNIA DO
SACRAMENTO ENTRE AS DÉCADAS DE 1730-1750**

PORTO ALEGRE

2014

Stéfani Hollmann

COMÉRCIO DE CATIVO NO RIO DA PRATA: OS
TRAFICANTES DE ESCRAVOS NA COLÔNIA DO SACRAMENTO
ENTRE AS DÉCADAS DE 1730-1750

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
a obtenção do título de Licenciado em
História pelo curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul – UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kuhn

PORTO ALEGRE

2014

Stéfani Hollmann

COMÉRCIO DE CATIVOS NO RIO DA PRATA: OS
TRAFICANTES DE ESCRAVOS NA COLÔNIA DO SACRAMENTO
ENTRE AS DÉCADAS DE 1730-1750

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
a obtenção do título de Licenciado em
História pelo curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul – UFRGS.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Kuhn (orientador)

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dr. Gabriel Santos Berute (Unisinós)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, não só pela ajuda financeira nestes quatro anos de graduação, mas também por terem sido minha sustentação emocional ao longo desta trajetória. Em especial a minha mãe Adelia, por ter me apoiado em muitas das decisões, desde o início do curso e por sempre ter espaço no seu dia para meus anseios e dúvidas sobre a vida futura. Por nunca ter me deixado desistir, por mais dura que foi a caminhada no início da faculdade. Pela paciência, pelo afeto, pelos colos e pela comida nos finais de semana, quando não aguentava mais os almoços no R.U.

Agradeço também ao meu orientador Fábio Kuhn, pelos dados cedidos de sua pesquisa, para que eu pudesse realizar este trabalho. Também pelas orientações dadas e por ter estimulado a minha vida acadêmica, que dá seu primeiro passo através deste trabalho. Obrigada pela paciência e pelas dicas. Agradecer ao colega de graduação, Paulo Gonçalves, pelas trocas de informações, que foram necessárias para a realização desta pesquisa. Agradecer aos demais colegas e amigos que encontrei ao longo da graduação, pelas risadas, pelos ensinamentos e por compartilharem dos últimos anos comigo, tornando melhor minha morada em Porto Alegre.

RESUMO

O tráfico de escravos, no século XVIII, tornou-se um dos ramos mais lucrativos do comércio colonial. Possibilitando para aqueles que viviam dele, rápido enriquecimento e mobilidade social dentro da sociedade de Antigo Regime. As praças luso-brasileiras foram as que mais receberam cativos africanos ao longo dos séculos de escravidão, mas o câmbio que ocorria no Oceano Atlântico - entre África e América - era apenas uma das vias destas trocas mercantis. O comércio interamericano que abastecia as regiões periféricas, que não possuíam contato frequente e direto com o continente africano - como a Colônia do Sacramento – era a terceira perna do tráfico de escravos. Sacramento foi criada para reter parte da prata que era escoada das minas de Potosí, pelo Rio da Prata, e acabou se tornando importante entreposto comercial realizando trocas mercantis com diversas regiões da América Espanhola, além de importantes praças do Brasil. Tornou-se dependente do comércio interno que ocorria com homens de negócio da capitania do Rio de Janeiro e da Bahia e desta forma surge um importante grupo mercantil no Rio da Prata, o qual tinha apoio de alguns membros do governo local.

Este trabalho pretende compreender, através do estudo da rede social de Manuel Coelho Rosa, homem de negócio da Colônia do Sacramento, como foi possível os súditos portugueses ascenderem rapidamente na sociedade colonial. Através de uma pesquisa com viés prosopográfico, analisar o grupo mercantil que se formou na Colônia do Sacramento entre as décadas de 1730 a 1770 e os contatos estabelecidos com Rio de Janeiro e Bahia. Isso é possível através da análise dos registros de óbito de escravos, nos quais é informada a procedência do cativo que está sendo enterrado em Sacramento.

Palavras-chave: Tráfico de Escravos; Comércio Interamericano; Colônia do Sacramento; Manuel Coelho Rosa;

SUMÁRIO

Introdução	7
1. Tráfico de escravos no século XVIII	11
1.1 Tráfico de Escravos Transatlântico	11
1.2 Tráfico de Escravos Interamericano	15
1.2.1 Colônia do Sacramento no desenvolvimento do tráfico interamericano	19
2. Agentes mercantis no século XVIII	23
2.1 Homens de Negócio nas praças Luso-Brasileiras no Século XVIII	23
2.2 Características dos homens de negócio do século XVIII na Colônia do Sacramento.....	28
3. Tráfico de escravos na Colônia do Sacramento	32
3.1 Traficantes de escravos da Colônia do Sacramento	33
3.1.1 Manuel Coelho Rosa, um traficante no Rio da Prata	35
Conclusão	41
Bibliografia	44
Anexos	45

INTRODUÇÃO

Nos primeiros meses de graduação não imaginava quais eram as áreas de pesquisa e o que podiam me proporcionar. Bastou um ano para perceber que o período colonial brasileiro era de meu interesse. Para tanto, pensei em estudar grandes praças mercantis como o Rio de Janeiro, mas foi através da disciplina de História do Rio Grande do Sul, que me interessei pelas questões da fronteira sul brasileira. Comecei a analisar algumas pesquisas realizadas por acadêmicos que se dedicavam ao período acima referido e que tratavam da parte meridional do país, em especial aos historiadores que estudam a Colônia do Sacramento. Através de leituras de diversas abordagens sobre a praça sacramentina¹, percebi que ainda havia muitas indagações a serem respondidas, pois muitos dos meus questionamentos ficavam sem conclusões. Quem eram os homens de negócio? Qual sua origem social e geográfica? Como enriqueceram rapidamente e alcançavam postos importantes dentro da sociedade de Antigo Regime? Como e com quem realizavam as trocas mercantis? Quais produtos comercializavam?

A Colônia de Sacramento foi construída após o fim da União Ibérica, tendo em vista a retirada dos comerciantes portugueses de Buenos Aires e desta forma afastando os lusitanos dos metais que eram escoados de Potosí via Rio da Prata. Uma possessão portuguesa no estuário do Prata viria a auxiliar tanto da defesa dos territórios portugueses na América, evitando a entrada de castelhanos pelo sul; quanto auxiliar no reestabelecimento econômico da Coroa que passava por dificuldades financeiras após a sua nova independência frente a Espanha. Sendo assim, em 1679, é empossado o novo governador da Capitania do Rio de Janeiro, Dom Manuel Lobo e com a obrigação de retomar o comércio dos portugueses com a região platina. No ano seguinte, funda a Colônia do Sacramento, do lado oposto de Buenos Aires, no Rio da Prata.

¹ KUHN, Fábio. “Clandestino e ilegal: O contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)”. In: XAVIER, Regina Célia Lima. “Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise”. Alameda Casa Editorial (2012).

POSSAMAI, Paulo César. O cotidiano da Guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento (1715-1735), 2001.

RIBEIRO, Alexandre V. “O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII” in: Locus – Revista de História. Vol. 12, nº 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27.

Com este trabalho proponho fazer uma análise sobre os traficantes de escravos da Colônia do Sacramento – entre as décadas de 1730 e 1750 - os quais dependiam majoritariamente do tráfico interamericano. Através de uma análise com viés prosopográfico, pretendo montar as principais características do grupo mercantil que surge na Colônia do Sacramento, relacionando-o com os homens de negócio de outras praças luso-brasileiras com as quais comercializavam. Isso é possível através dos registros de óbitos de escravos que utilizo neste trabalho, os quais são do período acima indicado. Estas fontes, ainda pouco exploradas pelos pesquisadores, permitem-nos ver o contato entre os comerciantes de diversas localidades que traziam escravos para serem revendidos no Rio da Prata. Para Burke (2012), é fundamental compararem-se fatos que ocorreram em mais de um lugar, assim uso dos contatos comerciais realizados entre sacramentinos e luso-brasileiros para entender como se formaram os grupos mercantis e qual sua dinâmica social. Além disso, ainda distinguir as práticas mercantis dos homens de negócio que praticavam comércio entre os continentes africano e americano, daqueles que o realizavam internamente, entre as possessões lusas na América.

No primeiro capítulo, proponho entender como o tráfico de escravos, no século XVIII, se tornou um dos ramos mais lucrativos do comércio. Além de comparar as transações mercantis que ocorriam entre América e África, ao tráfico interamericano de escravos. Neste contexto, está inclusa a possessão portuguesa no Rio da Prata: Colônia do Sacramento. Assim buscar a importância desta região para o desenvolvimento econômico da Coroa lusitana e das demais praças luso-brasileiras que a ela estavam relacionadas através do comércio. Também verificar como foi possível Sacramento se tornar um importante entreposto comercial ligando os territórios portugueses aos súditos espanhóis no Novo Mundo. Para isso é preciso ser considerado o espaço geográfico no qual atuavam os mercadores no século XVIII. A praça sacramentina estava em um local privilegiado, por se tratar de área de fronteira com as possessões espanholas na América, desta forma, possibilitou grande fluxo de pessoas e mercadorias. A fronteira móvel, ou como Thompson Flores (2012) coloca: “manejada”, era responsável pelo contato dos habitantes que vivem de ambos os lados. Ela era o ponto de contato e frequentada pelos dois polos, mas não era habitada. Não existiria o reconhecimento do “outro” como estranho. Todos seriam iguais para os moradores, que viam a região como área sem maiores questões para sua atuação. É o que se verifica apesar dos esforços de governadores de Buenos Aires, que não conseguiam deter o comércio ilícito de

escravos, pois estes homens, apesar de terem conhecimento de onde passaria a linha de fronteira, esvaziavam-na de sentido e passavam por sobre o aparato burocrático do Estado para tratarem de suas questões econômicas. A fronteira, ao mesmo tempo em que separa os indivíduos, os colocava em contato, pois ela não é rígida e possui suas próprias estratégias, como exemplo, a do contrabando. Esta prática era tolerada, por vezes, neste espaço, pois o território que estava do lado oposto da fronteira seria uma extensão da área em que se habitava. O limite estabelecido era reconhecido pelos fronteiriços, fazendo com que se tenha noção da “estrangeiridade”, conforme a autora, mas sem constituir dificuldades para o contato entre os dois lados.

Ainda no primeiro capítulo, quero verificar como foi possível o ritmo intenso do comércio marítimo que trazia escravos para auxiliar no desenvolvimento econômico da colônia, pois a agricultura voltada para exportação era baseada no uso a mão de obra cativa, que garantia maior lucratividade. Verificar, também, da importância dos comerciantes luso-brasileiros no Oceano Atlântico, já que foram responsáveis por comercializar praticamente a metade de cativos africanos em todo o período escravista. Detenho-me ao século XVIII, especificamente às décadas de 1730 a 1770, pois foi o período no qual ocorreu o aumento do uso da mão de obra escrava na América Portuguesa devido à descoberta das minas nas Gerais. A análise do comércio interamericano que ocorria com a Colônia do Sacramento é dificultada devido à falta de documentos específicos sobre a compra e venda de escravos. Mas, torna-se possível, através de registros de óbito que evidenciam a compra de escravos através dos traficantes de capitanias brasileiras como Rio de Janeiro e Bahia.

Através do uso das mesmas fontes é possível verificar a rede de contatos dos comerciantes sacramentinos com outras praças mercantis, tendo em vista que metade dos escravos entrava no Rio da Prata através do tráfico interamericano (Borucki, 2009). Os moradores da praça sacramentina desenvolviam agricultura de pequena escala e caça ao gado, segundo Possamai (2004), mas eram atividades que não necessitavam de tanta mão de obra escrava. Portanto, se considerada a profissão de comerciante e que enterrava muitos escravos, pode-se concluir que este era um traficante de escravos. Quando registrado o óbito do cativo, este homem deveria informar além de nome e características do defunto, por meio de quem havia comprado o escravo. Foi desta forma que se verificou contatos com Sacramento, de homens provenientes do Rio de Janeiro, Bahia e também Buenos Aires.

Mas as redes de contato dos comerciantes no Antigo Regime não se restringiam apenas às transações mercantis. Para Bertrand (1999), as redes sociais iniciavam dentro da família e depois saíam das questões de parentesco e estendiam-se para interesses econômicos e políticos. As redes são formadas através das relações de interesses estabelecidas dentro e fora da família. Sem dúvida, as redes sociais são uma ferramenta de estudo da sociedade, desta forma, no segundo capítulo realizarei descrição dos agentes mercantis que atuaram no comércio transatlântico, além dos que atuavam no tráfico interamericano². Sobre suas origens e características comuns, nenhum grupo mercantil foi homogêneo, mas há semelhanças entre os comerciantes que podem ser analisadas. Com viés prosopográfico, observarei as redes sociais, pelas quais os homens de negócio atuavam no comércio de escravos, percebendo desta forma, como conseguiram tornarem-se elite colonial, junto aos terratenentes, no século XVIII. Utilizando do estudo do grupo mercantil da Colônia do Sacramento, realizarei o estudo da rede de Manuel Coelho Rosa, pelo qual tive interesse devido à quantidade de escravos enterrados realizadas por este traficante e, principalmente, por negociar majoritariamente com baianos. Para além das redes comerciais de Coelho Rosa, o terceiro capítulo analisará as suas relações de compadrio e de casamento. Natural da Sé do Porto, Manuel Coelho Rosa seguiu o caminho de muitos dos seus conterrâneos, entrou para a carreira de mercador em busca de ascensão social.

² PRADO, Fabrício. A carreira transimperial de don Manuel Cipriano de Melo no rio da Prata do século XVIII. Topoi. Revista de História. Volume 13, Número 25 – Julho – Dez 2012.

1. TRÁFICO DE ESCRAVOS NO SÉCULO XVIII

O tráfico de escravos do século XVIII possuiu características distintas dos outros períodos em que ele ocorria. As atividades mercantis, na sociedade de Antigo Regime, tornaram-se muito importantes, tal como os homens que nelas atuavam, estes que se somaram aos terratenentes e formaram a elite colonial. Neste capítulo, buscarei compreender como se deram as transações comerciais entre África e América e, como o tráfico de cativos se tornou um dos ramos mais lucrativo do mercado atlântico nos idos de setecentos. Pretendo comparar o comércio de escravos que ocorria no oceano Atlântico, entre os dois continentes acima citados, ao tráfico interamericano, principalmente aquele que era conduzido à parte meridional da América do Sul. Assim será possível entender como a Colônia do Sacramento se tornou um importante porto comercial ligando os territórios portugueses aos domínios espanhóis no Novo Mundo. Além de como foi possível o ritmo intenso do comércio marítimo, que trazia escravos para auxiliar no desenvolvimento econômico da colônia, pois a agricultura voltada para exportação era baseada no uso da mão de obra cativa, que garantia maior lucratividade.

1.1 TRÁFICO DE ESCRAVOS TRANSATLÂNTICO

O tráfico transatlântico iniciou muito antes do século XVIII, conforme Klein (2004), mas foi neste período que chegou ao seu apogeu. A mão de obra africana não livre estava relacionada à necessidade de aumentar a produção agrícola voltada à exportação de matéria prima para a Europa. O uso desta força de trabalho era bastante lucrativo, resultando em altos lucros aos senhores de escravos, (Schwartz, 1988). Isso era possível, porque a mão de obra africana era barata, além de ser mais resistente ao trabalho árduo a que era submetida.

Diferentemente de Klein (2004), que acredita que as viagens eram patrocinadas pela metrópole, pois não haveria uma classe mercantil autônoma na colônia, existem trabalhos mais atuais que contrapõe a ideia, como aqueles desenvolvidos por autores como Berute (2006) e Pesavento (2013) ao referirem-se as capitanias do Rio Grande de São Pedro e do Rio de Janeiro, respectivamente. Além de Ribeiro (2009), que trata das trocas mercantis dos comerciantes da Bahia, e Alencastro (2000) que revela a existência de comércio interno na possessão lusitana na América, que possibilitou o lucro dos homens de negócio e movendo a economia interna. Embora o número de engenhos

tivesse aumentado e com isso a demanda de mão de obra africana também, o oceano Atlântico continuou sendo, para a população colonial, a referência da sua independência econômica da metrópole. Para Fragoso, para Bicalho e para Gouvêa (2001), inicialmente as trocas comerciais não foram tão significativas, mas foi no século XVIII, devido à descoberta das Minas Gerais, que o comércio atlântico ganhou bastante significância e quando, principalmente, os homens de grosso trato, passaram a integrar a elite colonial.

Para Sweet (2007), o tráfico negreiro colonial pode ser dividido em quatro fases. A primeira (1441-1510), na qual os escravos eram destinados à península ibérica e às ilhas atlânticas, a segunda (1518-1580), já com destino à América, em ambas as fases o comércio era feito na região da Senegâmbia e Alta Guiné. A terceira (1580-1690), caracterizou-se pelo início dos contatos comerciais na costa atlântica central do continente africano, com destino ao Brasil. A última fase (1690-1770), a qual me interessa mais para a realização deste trabalho, registra correntes de comércio paralelas, tanto na África Central, quanto na África Ocidental, que promoviam ambiente sociocultural diversificado no Brasil. No século XVIII, os africanos já eram maioria da mão de obra nas diferentes regiões do país, tendo o tráfico durado por mais algumas décadas. Das quatro fases, três ao menos destinavam cativos à costa brasileira, o que de fato mostra a intensa participação do Brasil no tráfico transatlântico e que vai ao encontro das porcentagens de ingresso de escravos no território brasileiro que serão desenvolvidas a seguir.

Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, foram as principais regiões receptoras de escravos africanos no Brasil (Florentino; Ribeiro; Silva, 2004). Conforme Blackburn (2003), o Brasil foi responsável por 31% das compras dessa mão de obra em todo o período escravista na América, o que é bem representativo, mas em trabalhos mais recentes, como o de Eltis et. al. (2010), os números são atualizados e apontam para algarismos mais expressivos, de aproximadamente 46% de cativos africanos destinados às terras brasileiras, durante os quase quatrocentos anos de escravidão. Sendo que somente no século XVIII o Brasil recebeu 17% do total de africanos traficados ao longo dos séculos do comércio de escravos. Para entender a expressividade deste número é importante frisar que é no setecentos que aproximadamente metade dos cativos é comercializado a várias regiões do mundo – ingleses, franceses, holandeses e outros - e apenas neste período de cem anos, o Brasil representa 34 %, do total comercializado

com a África. Os maiores números de mão de obra traficada estão relacionados com a posse portuguesa na América, em todos os períodos.

A escravidão estava vinculada, inicialmente, ao desenvolvimento da agricultura de exportação nas colônias atlânticas, o que é evidenciado no trabalho de Blackburn (2003, p.453), ao aumento das *plantations*³ corresponde o aumento da chegada de escravos nas Américas. A necessidade de mão de obra era constante em todas as áreas da economia colonial. Desta forma se mantinha comércio regular com vários portos africanos os quais também eram consumidores dos produtos americanos, e assim se dava o que o autor chama de “via de mão dupla” do tráfico. Através dessa comercialização é que se possibilitou a continuação do tráfico, mesmo com a queda da produção de metais preciosos, que eram muito consumidos pelos africanos além do fumo e da cachaça.

A demanda de escravos aumentou no século XVIII, nas Américas devido à diversificação das culturas em regiões como Maranhão e Pernambuco (Klein, 2004). Neste período, cresce também a demanda da mão de obra escrava nas Gerais, aumentando ainda as trocas comerciais entre os principais portos brasileiros e a região mineradora (Miller, 1999). Segundo o autor, a Bahia era quem mais comercializou com a região aurífera, muito provavelmente pelo maior contato que possuía com o território africano da Costa da Mina, se comparado aos comerciantes fluminenses. Salvador ganha destaque também no trabalho de Ribeiro (2009), que acredita que o porto baiano era “o pulmão por onde respirava a colônia”. Mesmo que a capitania fluminense ganhe destaque no mesmo século, por ser um ponto de redistribuição para outras regiões do Brasil, o comércio entre Bahia e Minas Gerais foi mantido e garantido por muito tempo. Conforme Sampaio (2003), não foi devido à abertura do caminho novo – que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais – que o comércio entre o nordeste brasileiro e as Gerais foi prejudicado, pois segundo o autor, o caminho velho – que ligava Salvador à região mineradora – continuou sendo muito utilizado pelos mercadores que abasteciam o local, o que prova a continuidade da importância baiana frente ao comércio negreiro com Minas. O Rio de Janeiro neste período estava se tornando um importante porto de redistribuição e por isso as trocas mercantis fossem facilitadas, por terem mais produtos. Ainda no mesmo período já existiam várias rotas comerciais, no entanto Thompson (2006) descreve a rota entre Angola e Brasil como a mais importante, assim como

³ Sistema de trabalho agrícola baseado na monocultura, voltada para a exportação.

aponta Sweet (2007), ao revelar que a maior parte dos africanos que migraram para os territórios brasileiros, veio da África Central.

Mesmo com a tentativa pombalina de controlar o comércio de escravos⁴, o Rio de Janeiro era o mais importante porto de redistribuição do Brasil. Isso se deve também à descoberta do ouro em Minas Gerais, pois a capitania estava em uma região geograficamente privilegiada, possibilitando relações com a região aurífera, conforme Sampaio (2003). Outra região do Império Português com a qual a capitania do Rio de Janeiro também comercializava era o Rio da Prata (Prado, 2003). É no século XVIII, que acontece o aumento da entrada de cativos nas regiões platinas, confirmando a ideia de Santos (2010) sobre a importância da fronteira para a realização do comércio. Os contatos eram frequentes entre negociantes das diversas capitanias brasileiras e também com homens de negócio estrangeiros. O comércio interno, que a capitania fluminense desenvolvia com as demais regiões do império ultramarino português, fez com que as relações se estreitassem entre os homens de comércio, provocando conseqüentemente o aumento de sua influência na sociedade colonial. Era desta forma que eram lhes garantidos títulos nobres e militares além do aumento do dinamismo comercial, pois os aproximavam da elite agrária e transformou essa convivência em conveniência para todos.

Nas travessias transatlânticas, as sociedades entre homens de negócio eram frequentes, o que auxiliava nas trocas comerciais, e também garantia cativos com os chefes africanos. Outra forma de conseguir escravos era por conta do próprio negociante que, quando incursionava no território africano, demorava mais tempo para retornar ao porto de origem e para isso precisava levar consigo produtos para a troca (Klein, 2004). Conforme Thompson (2006), os africanos movimentavam o “mundo atlântico” e assim, fazia com que todos se lançassem ao oceano em busca de trocas comerciais. Para o autor, o Oceano Atlântico era um espaço habitado por homens de negócio que buscavam melhorar sua condição social através do lucro que essas transações pudessem dar. Para Thompson (2006) os homens de negócio seriam agentes e produtos dessa “experiência” atlântica, pois era a chave da engrenagem que girava em torno da África e Américas. O Atlântico no século XVIII convivia com uma movimentação extrema de diversas culturas, pessoas, informações além de produtos. Essas “sociedades atlânticas”

⁴ Pombal tenta refazer o comércio de escravos com base nas Companhias de Comércio, já que estas não tendo dado certo no período inicial da escravidão africana no Brasil, as transações comerciais se davam essencialmente entre comerciantes autônomos; Que dificultava o controle da metrópole sobre as embarcações e o comércio que desempenhavam entre os continentes africano e americano.

estavam fortemente relacionadas com a população das margens oceânicas, com a qual estabelecem comércio. Assim, o tráfico transatlântico une o continente africano e o americano através das trocas econômicas desenvolvidas por aqueles que neles transitavam. O mar deixa de ser o fator que separava as duas comunidades para promover união. É através do espaço do Atlântico Sul que a América Portuguesa e os primórdios do Império do Brasil se consolidam (Alencastro, 2000).

As “comunidades hemisféricas” partilhavam valores comuns, devido às trocas comerciais. Entre os negociantes estavam africanos, o que colaborara para o sucesso das empresas negreiras, pois possibilitava o contato com os líderes dos portos na África. Conforme Thompson (2006), eles eram responsáveis pelo transporte até a costa, a manutenção da escravaria local e a cobrança de taxa, além da cotação das peças. Mas ainda assim, a maioria dos homens envolvidos no comércio seria de europeus e brasileiros, conforme Ferreira (2006). Mas também participavam da tripulação, escravos, que desta forma, conseguiam comprar sua alforria. O “negreiro”⁵ era uma mistura de marinheiro e comerciante que recebia investimentos de “sócios passivos” que não participavam da travessia, mas que patrocinavam as expedições. Com o lucro das primeiras viagens conseguiam investir em mais mercadorias de troca além de serem necessárias apenas três ou quatro viagens para enriquecer (Thompson, 2006).

1.2 TRÁFICO DE ESCRAVOS INTERAMERICANO

O tráfico interamericano fazia parte da “terceira perna”⁶ do tráfico de escravos; auxiliou no desenvolvimento da colônia e garantiu a autonomia perante a Coroa. Havia conhecimento entre as autoridades, do comércio ilegal que acontecia entre Colônia do Sacramento e Buenos Aires, como relatado por Miller (1999), além das negociações que ocorriam com outros pontos do território português. O comércio de escravos sempre foi importante no Brasil, e no século XVIII o contrabando de cativos para o Rio da Prata se tornou bastante interessante para os portugueses. O número de peças contrabandeadas na primeira metade do século pode chegar aos vinte mil, segundo Rosal (2011). Com o trabalho de Kuhn (2012) se pode identificar que, praticamente a metade da população

⁵ THOMPSON, Estevam Costa. *Negreiros nos Mares do Sul: Famílias traficantes nas rotas entre Angola e Brasil em fins do século XVIII*. Brasília: Programa de Pós Graduação em História. 2006. Chama os homens que comercializavam com os continentes africano e americano em busca de cativos, de negreiros.

⁶ Expressão usada para tratar do tráfico que ocorria a partir do desembarque das mercadorias nos portos brasileiros.

que habitava a Colônia do Sacramento, era de escravos mesmo a praça não possuindo economia escravista que necessitasse de tanta mão de obra cativa. É preciso levar em consideração que Sacramento era um porto que dependia do comércio interno, com o Rio de Janeiro e Bahia, como aponta Borucki (2009), desta forma, a praça já estava inserida no comércio interamericano, e ainda mantinha trocas comerciais com outros pontos do Rio da Prata, como Buenos Aires. O que aumenta a rede de venda e contato além da América Portuguesa. Tornando-se importante porto de comércio interno.

O tráfico interamericano foi viabilizado devido ao interesse dos representantes das Coroas Ibéricas. No caso da Colônia do Sacramento, contou com o apoio de alguns governadores como Antônio Pedro de Vasconcelos e Luiz Garcia de Bivar. Em outro trabalho desenvolvido por Kuhn⁷ é relatada a falta de combate ao contrabando, por este ser realizado pelos mesmos que deveriam extingui-lo. Da mesma forma, Pijning (2001), ao acreditar que contrabando era uma das dimensões do comércio colonial, o autor defende que quem mais o estimulava eram os próprios administradores coloniais. O que também é evidenciado por Possamai (2001), quando discorre sobre como os governadores precisavam de vínculos com os comerciantes para que pudessem manter as provisões de militares e moradores da praça sacramentina, devido à falta de recursos liberado pela praça fluminense que deveria que manter a possessão platina. Desta forma, era de interesse, tanto das autoridades, quanto dos homens de negócio, que o contato se mantivesse entre ambos os lados do Rio da Prata. A coroa portuguesa, por vezes, incitava o comércio ilícito com possessões não lusitanas, desde que colaborasse para sua prosperidade. O contrabando só ocorreu devido à corrupção que ocorria, tanto entre os espanhóis, quanto entre os lusitanos. Mesmo com a criação de políticas que tentavam barrar este comércio, ele existia por ser importante para os homens que o faziam e a sociedade em que conviviam. Nem todo contrabando foi tolerado pelas autoridades, em geral ele deveria interessar aos governadores. O tráfico que era realizado para a Colônia do Sacramento, tinha ligação com os interesses dos homens de negócio fluminenses (Kuhn, 2012).

Faltavam colônias na África, sob o domínio dos espanhóis, devido ao tratado de Tordesilhas, conforme Borucki (2011). Inicialmente as colônias espanholas na América eram abastecidas de escravos africanos através dos britânicos, aos quais fora concedido,

⁷ KUHN, Fábio. “Tráfico negreiro para a Colônia do Sacramento através das fontes paroquiais: algumas considerações metodológicas”. *Paper* apresentado na V Reunião do Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da AUGM. Mar del Plata, Argentina, abril de 2014.

pela Coroa Hispânica, o “Asiento” que garantia o monopólio aos ingleses na venda de cativos para Buenos Aires (Kuhn, 2012). Após a saída dos britânicos do Rio da Prata, houve uma tentativa de estabelecer comércio com Montevideú, direto da África, mas não obtiveram sucesso. Sendo assim, o abastecimento de mão de obra escrava africana no Rio da Prata ficava dependente, em grande parte, do comércio vinculado às praças portuguesas, como Rio de Janeiro e Bahia. Em outro artigo desenvolvido por Borucki, ele numera que 53% dos escravos – crioulos e africanos - que chegavam às praças platinas vinham do Brasil, os demais chegavam à região a partir da África⁸. Mas neste trabalho irei estudar principalmente o comércio que ligava os luso-brasileiros aos platinos. A parcela da população africana escrava era elevada, para uma região em que pouco se usava esse recurso de trabalho. A maioria dos escravos que viviam na Colônia do Sacramento eram moradores temporários e, quando levado em conta o comércio que era estabelecido com Buenos Aires, pode-se perceber que muitos deles eram destinados à posseção espanhola. Desta forma conclui-se que o ritmo do tráfico negreiro nas regiões de fronteira era intenso, reforçando a ideia de Pijning (2001) que defende que o contrabando era desenvolvido especialmente nestes limites territoriais.

Ao mesmo tempo em que os brasileiros mantinham relacionamento com os portos africanos, praticavam trocas comerciais também com os que viviam no Prata, e o comércio ocorria concomitantemente em ambos os sentidos. Mesmo que os trabalhos de Borucki sejam dedicados a um período posterior ao focado neste trabalho, percebe-se uma similaridade nas práticas do período anterior. Na segunda metade do século XVIII, conforme Kuhn (2012), os portugueses se especializam no tráfico de escravos para a região platina, pois sabiam que o lucro era garantido, uma vez que segundo Borucki (2011) as reformas realizadas pela dinastia Bourbon na Espanha evocavam o uso da mão de obra escrava africana nas possessões americanas. Logo a demanda por esta cresceu, mas ainda havia dificuldade em estabelecer contato direto entre platinos e o continente africano, causando dependência às trocas mercantis com os luso-brasileiros.

O sistema de portos do Prata era formado por Buenos Aires, Colônia do Sacramento e Montevideú. Estes se relacionavam com outras regiões como Peru, Chile e Potosí, que eram receptoras de escravos (Borucki, 2009). As embarcações de cativos

⁸ Borucki, Alex. *Las rutas del tráfico de esclavos hacia el Rio de la Plata, 1777-1812*. (2009) Disponível em < <http://www.esclavidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alexborucki.pdf>> Acesso 06.set.2014.

chegavam ao estuário do Prata, majoritariamente, de Rio de Janeiro e Bahia. Poucas vezes fora realizado comércio direto entre o continente africano e os platinos, devido à dificuldade na entrada de embarcações maiores no seu estuário. Portanto, a praça sacramentina era melhor para receber navios maiores devido às condições do Rio da Prata (Prado, 2003). Posteriormente, os cativos eram levados além de Sacramento, através de embarcações menores. Para entender o tráfico interamericano, para Borucki (2009), é preciso compreender mais do que dependência da região platina pela oferta das praças brasileira, pois os portos brasileiros dependiam do comércio com a África, logo os platinos dependiam indiretamente da demanda de mão de obra no continente africano também. Através de guias de venda de escravos citadas no trabalho de Berute (2006), que se refere ao Rio Grande de São Pedro do Sul, pode-se remontar parte do caminho que muitos africanos faziam até a região meridional da América do Sul e assim entender parte do trajeto escravista.

O tráfico de escravos destinado para a região sulina era intenso e a coroa portuguesa se mostrava preocupada com a demanda de mão de obra na parte central do Brasil, devido às economias aurífera e açucareira que necessitavam de maior quantidade de cativos. Desta forma, conforme Berute (2006), os lusitanos criam uma série de políticas para controlar a entrada de escravos na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e assim evitar que a entrada de cativos fosse tão significativa quanto para regiões que representavam maior peso na economia na colônia. Ao contrário da metrópole, os negociantes fluminenses, conforme Osório (2000), preocupavam-se em manter o comércio com a capitania sul rio-grandense bem como com a Colônia do Sacramento, pois apesar de se tratar de venda de produtos de pouco valor, o lucro final era significativo. O grupo mercantil que surge nessas regiões já tem como base a dependência comercial com o Rio de Janeiro, mas o contato era fundamental para ambos os lados.

Para Sacramento, como o comércio era ilegal, não há muita documentação a respeito, além dos confiscos de escravos⁹ ou análises contemporâneas de relatos de viajantes, como os citados por Santos (2010) ou por Possamai (2012). Estes, que além de mencionarem características físicas da praça, indicam sobre trocas comerciais feitas entre portugueses e espanhóis. Além dos comentários feitos pelos comissários, também há relatos de clérigos e súditos das Coroas Ibéricas, desde as primeiras décadas da

⁹ JUMAR, Fernando; PAREDES, Isabel. “El comercio intrarregional em El complejo portuario rioplatense: El contrabando visto a través de lós comisos, 1693-1777”.

fundação, já observando o comércio ilícito que ocorria no Rio da Prata, nos quais a maior parte deles trata das transações entre a praça sacramentina e Buenos Aires. O comércio que era realizado com os portenhos, segundo o relato de Antônio Pedro de Vansconcelos – descrito por Possamai (2012) – seria o principal fator da prosperidade da praça portuguesa no Rio da Prata. Outra fonte, que ainda não é muito utilizada, e que é possível de ser analisada para o estudo do contrabando de escravos nesta região, são os registros de óbito de escravos¹⁰. Desta forma percebe-se a ligação de Sacramento com capitanias brasileiras, ao referirem-se nos registros de óbito sobre origem do comerciante que vendeu o escravo que estava sendo sepultado e, em alguns casos, a nação a qual pertencia. Os números que são apresentados por estes documentos, não conferem exatidão da quantidade de escravos contrabandeados. Mas outros dados podem ser verificados como, as principais trocas comerciais que ocorriam entre a praça sacramentina e Rio de Janeiro ou Bahia. É possível conhecer quem eram os agentes mercantis, através dos registros de óbito, mas não significa que havia proporção entre os cativos sepultados com a quantidade comercializada pelo traficante que realiza a inscrição da morte.

Berute (2006) define que os baianos comercializam menos com essa região sul do Brasil devido a maior distância, mas que também possuíam interesse nesse tráfico interno. Os trabalhos de Prado (2003) e de Alencastro (2000) mostram o crescente interesse da elite fluminense no Rio da Prata, embora através dos registros de óbito dos escravos é visível que o comércio entre Bahia e Colônia do Sacramento era significativo. A região sul era dependente do tráfico interamericano, devido a pouca capacidade de reprodução dos cativos, que era controlada pelos próprios traficantes ao introduzirem mais homens do que mulheres, nessas áreas conforme Berute (2006). O mercado ao qual o sul destinava seus produtos era em grande maioria interno à América.

1.2.1 Colônia do Sacramento no desenvolvimento do tráfico interamericano

Após o fim da União Ibérica (1580-1640), os lusitanos que estavam estabelecidos em Buenos Aires, tiveram que se retirar das possessões espanholas na

¹⁰ Dados cedidos pelo coordenador do projeto, “Os homens de negócio da Colônia do Sacramento e o Contrabando de Escravos para o Rio da Prata (1737-1777)”, financiado pelo CNPQ e executado entre 2012 e 2014, Professor Doutor Fábio Kuhn, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

América. Desta forma, Portugal, tendo reconquistado sua independência frente aos hispânicos, ficou sem contato com o comércio que era estabelecido no Rio da Prata, por onde escoavam os metais encontrados nas minas de Potosí. Em 1679, chegou ao Rio de Janeiro, Dom Manuel Lobo, para assumir o cargo de governador da capitania e com a obrigação de retomar o comércio dos portugueses com a região platina. No ano seguinte, fundou-se a Colônia do Sacramento, do lado oposto de Buenos Aires, no Rio da Prata (Possamai, 2004). O recrutamento para a nova praça lusitana veio principalmente da capitania fluminense, o que pode justificar as largas relações estabelecidas entre as duas praças ao longo de todo o período em que Sacramento pertenceu aos portugueses. Mas conforme o autor, outras regiões do Brasil auxiliaram a arrematar provisões para Colônia do Sacramento, tais como Santos e Santa Catarina. Desta forma, a praça sacramentina estava, desde seu início, relacionada com diferentes pontos do Brasil, o que conferiu a ela papel de destaque no comércio interno.

O ritmo de negociação entre Buenos Aires e Sacramento era medido conforme a presença inglesa nas possessões espanholas. Após o final do Asiento britânico, os contatos entre as Coroas Ibéricas estreitaram-se no Rio da Prata. Não apenas escravos eram comercializados, mas também açúcar e cachaça (Prado, 2003). A presença inglesa dificultou o acesso dos lusitanos aos portenhos, pois esses, além de venderem mão de obra africana, vendiam provisões para a manutenção das possessões espanholas. A maior parte dos habitantes de Sacramento vivia do comércio, assim no período de predomínio britânico no Rio da Prata, a manutenção da praça sacramentina é prejudicada, pois dependia do auxílio dos homens de negócio, conforme Possamai (2001), para pagar inclusive os soldos dos militares. Para Barba (1980), o que mais instigava o comércio entre Colônia do Sacramento e Buenos Aires, eram as mercadorias trazidas pelos espanhóis à sua possessão na região platina, pois os produtos europeus podiam ser comercializados com os lusitanos que estavam na margem oposta do Rio da Prata. O autor, ao fazer a análise de um documento datado de 1766 – que dá detalhes sobre as trocas comerciais no Rio da Prata – mostra que mesmo em período do Asiento britânico em Buenos Aires, era impossível conter o comércio com Sacramento, pois ele era fundamental para ambas as populações platinas.

Colônia do Sacramento era a porta dos fundos do império português na América. Além de importante barreira militar, mostrou-se ao longo do período em que permaneceu nas mãos dos lusitanos, uma importante praça mercantil. Por estar em área de fronteira e em constante contato com os espanhóis, tinha seus próprios costumes e,

por vezes, acordos entre os governadores locais eram feitos sem o conhecimento das Coroas Ibéricas (Prado, 2003). A fronteira servia como forma de estratégia para os indivíduos que nela habitavam (Thompson Flores, 2012). Ela também era importante para a mobilidade da elite agrária. A fronteira seria manejada pelos atores sociais que conseguiriam se reproduzir naquela região. Segundo a autora, fronteira na região sul do Brasil no século XVIII significava duas localidades – Rio Grande ao sul e Rio Pardo ao oeste – e os territórios além deles deveriam ser anexados às possessões portuguesas. Fronteira seria fruto de negociações, antes de ser questão política e estatal, e Sacramento é um bom exemplo das questões que foram tratadas entre as coroas ibéricas e entre aqueles que habitavam as margens do Rio da Prata.

É importante frisar que fronteira não é fixa, nem homogênea, assim como os indivíduos que nela habitam. Ao mesmo tempo em que a fronteira separa os moradores de ambos os lados, também promove sua integração (Thompson Flores, 2012). De acordo com Acruche (2013), Sacramento, bem como para outras regiões fronteiriças, que serviam como espaços estratégicos, onde as decisões nem sempre passavam pelos cargos administrativos, pois os seus homens possuíam seus próprios acordos, a fronteira vai além das leis que eram estabelecidas pelas coroa ibérica, ela também era formada pelas “gentes” da fronteira que a construíam conforme suas necessidades. Todas as possibilidades que essas regiões davam aos homens que nela habitavam eram aproveitadas pelos sacramentinos. A Colônia do Sacramento não era diferente das outras regiões que ficavam em limites territoriais. Os homens de negócio de Sacramento souberam usar de sua posição geográfica e de sua expressão social para aumentar seus lucros e espaços de influência na sociedade colonial.

Sabe-se do contrabando que ocorria nesta região através dos documentos de captura de escravos pelos espanhóis (Possamai, 2011). O autor reconhece que a mão de obra africana na praça sacramentina tinha função de mercadoria para o tráfico que ocorria com as possessões espanholas no Rio da Prata, mas alerta para o uso dela dentro do território platino português. Os escravos desempenhavam atividades como agricultura e caça ao gado selvagem. Para o autor, a fundação da Colônia do Sacramento já era proposital para que o comércio entre Buenos Aires e os lusos fosse mantido, uma vez quebrado com o final da união ibérica. Os escravos chegavam às terras espanholas na América como propriedades daqueles que os vendiam. As trocas comerciais entre os territórios ibéricos foram facilitadas em períodos de paz entre as

Coroas Ibéricas, e por vezes, ocorriam devido ao interesse dos representantes do Reino na colônia. Estes, por sua vez, possuíam fortes ligações com os comerciantes de cativos.



2. AGENTES MERCANTIS NO SÉCULO XVIII

A prosopografia tem se tornado importante para o estudo coletivo de vidas. É desta forma que se procura traçar características comuns de homens do mesmo grupo social, conforme Stone (2011). Ela é geralmente utilizada para estudar a elite dominante e desta forma será trabalhada neste capítulo. Esta ferramenta, em geral, utiliza-se da ação política dos personagens, além da capacidade de mobilidade social do grupo estudado. Desta forma, será utilizada uma abordagem com viés prosopográfico para o estudo do grupo de comerciantes que estava em ascensão no século XVIII. Não será realizada uma prosopografia mais aprofundada sobre os homens de negócio da Colônia do Sacramento devido ao tempo para a realização do trabalho, mas procurar-se-á montar um perfil do grupo que atuava na praça sacramentina, dentro do qual se incluía o personagem principal da pesquisa, Manuel Coelho Rosa. Para que isso ocorra, é necessário analisar também as questões familiares – com quem se relacionavam filhos, pais, padrinhos – além das econômicas. Isto significa remontar parte da sua rede social. Para além de caracterizar a forma com que se davam as influências dos homens de negócio na sociedade de Antigo Regime, identificar a importância do seu local de atuação, para a economia e para a articulação social. Não há como separar um grupo da sociedade com a qual estava envolvida (Bertrand, 1999). Desta forma, buscarei entender o conjunto de comerciantes relacionado à sociedade colonial.

O grupo mercantil que se formava nas diferentes praças não era homogêneo, segundo Ribeiro (2009), mas algumas características comuns podem ser levantadas. Desta forma serão organizados aspectos que possam montar o perfil dos grupos de negociantes e que possibilitem entender como chegavam a ocupar espaço importante na sociedade e economia colonial. É importante frisar que os comerciantes só se constituem como elite mercantil no século XVIII (Braga, 2005). Período o qual está sendo focado neste trabalho, evidenciando a necessidade de compreender estes homens de negócio.

2.1 HOMENS DE NEGÓCIO NAS PRAÇAS LUSO-BRASILEIRAS NO SÉCULO XVIII

A profissão de comerciante não era vista como nobre na sociedade de Antigo Regime, porque estes homens viviam do próprio trabalho e também por este ofício estar relacionado aos cristãos novos¹¹ (Ribeiro, 2006). Mas, segundo Thompson (2006) não havia preconceito com a origem dos negociantes, pois estes, quando participavam do mundo atlântico, se tornavam membros de uma comunidade maior, que não via necessidade de saber o local de onde vinham, nem mesmo suas condições econômicas, pois todos eram homens do oceano. Além de europeus e brasileiros, africanos também estavam presentes no comércio negreiro, estes que segundo o autor estariam em maior número. Se formos analisar todos os comerciantes – não somente os que realizavam o comércio de escravos, como Thompson se restringiu – teremos conhecimento do que Osório (2000) descreve como maioria entre os negociantes: homens vindos de Portugal ou brasileiros. Em geral, os homens que seguiam este caminho, vinham da metrópole, pois aqueles que nasciam na colônia acabavam dedicando-se majoritariamente a agropecuária. A autora justifica essa preferência pelo fato de que os nascidos na Europa, vindos à América, teriam mais contatos através das questões familiares, que possibilitavam uma maior rede de atuação e relações que ia além do continente americano.

Para distinguirem-se dos negociantes menores, surge à denominação “homem de negócio”, para aqueles que tinham comércio de grosso trato e representavam a maior parte das transações econômicas (Ribeiro, 2009). Desta forma conseguiam uma diferenciação dentro do grupo mercantil e da sociedade, aproximando-se das classes nobres. Isso ocorria através de recebimento de mercês. Para terem títulos e reconhecimento social, esses homens precisavam provar sua “pureza de sangue”, conforme Kuhn (2012), que significava não terem relação com cristãos novos, para isso se utilizava a Carta de Familiatura. Esta mercê lhes garantia o título de familiar do Santo Ofício, com o qual deveria identificar práticas de crimes puníveis dentro da Inquisição. Posteriormente, a Carta ganha outro significado. Buscavam uma tentativa dos homens de negócio, distinguirem-se dos demais comerciantes. Conforme Kuhn (2010), o título foi adaptado pelas elites que estavam em ascensão e ganhou nova configuração social como meio de acesso a privilégios. O autor aponta para o elevado número de familiares do Santo Ofício ligados a profissão mercantil, nas principais praças luso-brasileiras na América e, assim, poderiam-se medir a importância dos portos mercantis.

¹¹ Judeus ou mulçumanos recém convertidos ao cristianismo, na Península Ibérica.

Os homens de negócio tinham mais prestígio social devido aos valores arrecadados nas transações comerciais, do que pela quantidade de viagens que realizavam (Pesavento, 2013). Desta forma, os homens de grosso trato¹² ficavam em evidência na sociedade devido a sua riqueza econômica e posição política que alcançavam (Florentino; Ribeiro; Silva, 2004). O que diferenciava os homens que se dedicavam ao comércio era o ramo em que atuavam. No século XVIII, os negociantes que ganharam maior destaque foram os que atuavam no comércio de escravos (Rodrigues, 2009). Mas todos, que atuavam em diferentes ramos, recebiam aprendizados comerciais que, conforme Osório (2000) seriam aulas de escrita e cálculo. A capacitação para seguirem na carreira mercantil, ocorria depois de algumas viagens como caixeiro viajante, sendo que esta foi a trajetória de muitos homens de negócio, o que, conforme Borrego (2010), era o primeiro passo para terem uma carreira comercial bem sucedida. A ascensão social vinha através do contato com o antigo empregador, enquanto caixeiros, com quem estabelecia vínculos e trocas comerciais.

Os homens de negócio não se dedicavam apenas a compra e venda de escravos, conforme Ribeiro (2009), eles buscavam comercializar outros produtos, o que era possível através de contatos feitos em diferentes praças mercantis. Desta forma, conseguiam informações sobre as necessidades de produtos da localidade. Os comerciantes de escravos também dominavam a capacidade de reprodução física do sistema, fazendo com que os pequenos negociantes e população em geral tornassem-se dependentes de seu mercado. Uma dos ramos mais lucrativos do comércio era a venda de cativos, conforme Kuhn (2014), assim, não se põe em dúvida que a maioria dos comerciantes se dedicasse ao tráfico negreiro, conforme mostra Ribeiro (2006). Mas nem todos chegaram a comercializar mão de obra para as regiões brasileiras. Aqueles que comercializavam cativos vendiam outros produtos, mas não necessariamente os que vendiam mercadorias como o açúcar e o tabaco, negociavam escravos obrigatoriamente.

Muitos dos homens de negócio chegavam à colônia, solteiros, e tinham no matrimônio, com moças de famílias locais, uma possibilidade de inserção na sociedade. Em Salvador, diferente do Rio de Janeiro, como aponta Ribeiro (2009) a proporção de casamentos de Mercadores com filhas de comerciantes, ou com filhas de homens da terra, era igual. Já no Rio de Janeiro, há preferência para o enlace era entre a elite

¹² FLORENTINO, Manolo; Usa o termo homens de grosso trato referindo-se aos comerciantes mais assíduos e de maior influência na sociedade colonial, traficantes ou não.

mercantil e de terras. O que prova que não havia uma disputa entre as duas elites e sim uma aliança, movida pelo interesse de ambas as partes em investimentos em áreas distintas das que atuavam na economia colonial. Além disso, os homens de grosso trato não representavam perigo para a nobreza de terra, pois esta tinha seus direitos garantidos perante as autoridades coloniais. Com a realização dos casamentos, formavam-se famílias, o que auxiliaria no comércio negreiro, pois segundo Thompson (2006), o tráfico de escravos era uma empresa familiar, na qual se envolviam diferentes membros dela. A política de constituição de família entre as elites agrária e comercial ou dentro do próprio grupo estava relacionada com a estrutura de comércio familiar que se espalhava pelo atlântico para ocupar as novas regiões de domínio, como o Novo Mundo. Comprova-se, desta forma, a ideia de Bertrand (1999) quando afirma que a família garantiria a mobilidade social, o que era muito almejado pelos homens de negócio no Antigo Regime. O comércio possibilitava a quem vivia dele, a mobilidade social, além da geográfica. Para os homens de grosso trato, não bastava apenas ser influente dentro do grupo mercantil, afinal viviam a “lei da nobreza” conforme Ribeiro (2009).

Havia diversas formas de se tornarem nobres, ganhando honrarias que podiam ser de ordem militar – habilitação da Ordem de Cristo -, sendo membro de alguma irmandade, se tornando familiar do Santo Ofício, ou ainda obtendo cargo no governo local – ocupando cargos da Câmara. Mesmo que os grandes negociantes ganhassem estas mercês, não deixavam sua profissão, pois é desta forma que tinham direito a alguns benefícios, como a isenção de pagamento de impostos (Ribeiro, 2006). Sem contar a possibilidade de estender a sua rede mercantil após ganhar as benesses. Para Rodrigues (2009), essas questões conflitantes de diferenciar os homens que atuavam em diferentes ramos do comércio serviam mais para as grandes praças comerciais. Mas o fato é que servia para ganharem distinção superior aos comerciantes mais simples. O investimento em outros setores também auxiliava a aumentar a sua importância. Nem todos os negociantes de escravos obtiveram grande sucesso, mas os que conquistaram o reconhecimento desejado foram donos de grandes fortunas. Desta forma, é possível analisar que a sociedade colonial não era estática, ou seja, os homens conseguiam ascender socialmente devido aos contatos estabelecidos, ou pela posição econômica que alcançavam¹³.

¹³ Para ver melhor a hierarquia dos comerciantes e nomenclatura ver: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Homens de Grossa Aventura. Editora Civilização Brasileira – 1ª edição.

Os comerciantes foram os responsáveis pela movimentação da sociedade e economia colonial e tornaram o mercado o fator determinante destas questões, a partir, principalmente, do século XVIII. Outro fator que ajuda a determinar a importância dos homens que se dedicavam ao comércio é o sistema de crédito, que auxiliava na conquista da autonomia da colônia frente à Metrópole. Através dessa dinâmica era possível conseguir financiamentos de particulares às embarcações. Inicialmente, o crédito era dado por membros da elite, mas posteriormente, foi controlado pelos próprios mercadores, possibilitando assim, controle do mercado local, além de maior liquidez econômica pelos comerciantes (Ribeiro, 2009). Os créditos podiam ser dados também por membros do governo metropolitano, como no caso do Marquês de Pombal (Thompson, 2006). Esta prática de crédito ocorria tanto na América, quanto no continente africano.

Os homens de negócio, ao enriquecerem, podiam investir em outros setores, como bens urbanos e rurais ou comerciais e, assim, também alcançavam reconhecimento na sociedade (Ribeiro, 2009). Seria uma forma de enobrecer e de se aproximar do estrato mais alto da comunidade colonial, o que era possível, pois a sua profissão era fundamental nas relações sociais e econômicas. Era comum entre estes homens, o estabelecimento de sociedades comerciais com negociantes de outras praças do império. Normalmente, um dos sócios ficava estabelecido no porto e outro acompanhava as viagens, fixando contato em diferentes localidades. Era também através destas alianças comerciais que ocorria a redistribuição das mercadorias entre regiões do Império Ultramarino Português. Para Thompson (2006), as sociedades que eram estabelecidas formariam companhias de comércio que se caracterizavam por ser uma rede.

As praças comerciais brasileiras, como Bahia e Rio de Janeiro, possuíam características comuns nas negociações com o continente africano e interior brasileiro, uma vez que os traficantes possuíam contatos em diferentes regiões do império (Ribeiro, 2006). Essas redes sociais que se formavam, garantiam maior domínio sobre o comércio de escravos, da mesma forma que conseguiam manter os negociantes informados sobre as demandas nos mercados locais, possibilitando melhor troca de mercadorias nos diferentes portos ultramarinos. A maior parte das negociações se deu por comerciantes eventuais, poucos eram os que vendiam regularmente cativos em um mesmo porto. Esses negociantes representavam a maioria das vendas e, atuando desta forma, tinham maior segurança, pois além de vender escravos, buscavam outras

mercadorias, o que lhes trazia garantia de melhor lucratividade além de liquidez para todos os produtos revendidos.

O comércio de escravos era um dos ramos de negócio mais lucrativos no século XVIII, conforme Kuhn (2014) e, isso fazia dos traficantes, homens de influência na sociedade colonial. Berute (2006), ao se referir ao comércio que era responsável pelo abastecimento de cativos na Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, coloca que a maior parte dos envios foi feito por comerciantes de pequeno porte, que traziam, além de escravos, outros produtos para serem negociados no porto de Rio Grande. Os mercadores tinham conhecimento da demanda dos diferentes portos em que atuavam devido aos contatos que estabeleciam na localidade, conforme Ribeiro (2006), assim não possuindo monopólio de produtos. Era esta possibilidade de atender as demandas locais, que explicava a influência que os comerciantes tinham na sociedade setecentista.

O contrabando não era praticado por todos os comerciantes. No caso da praça sacramentina, conforme Possamai (2001), ele foi o resultado da ineficiência do abastecimento das frotas oficiais portuguesas, que deveriam manter a possessão no Rio da Prata. Antes de dedicarem-se à busca do gado selvagem nos entornos de Buenos Aires, a Colônia do Sacramento sobrevivia apenas do contrabando. Além dos homens que o realizavam auxiliarem no pagamento do soldo dos militares, como já dito anteriormente, as provisões chegavam através deste comércio, para algumas regiões como Sacramento. Todo contrabandista era comerciante, como evidenciado no trabalho de Ribeiro (2006), mas nem todo comerciante dedicava-se ao comércio de cativos. Importante mencionar que o Rio de Janeiro estava, desde o início, ligado a Sacramento, na intenção de suprir as necessidades básicas que a praça precisasse, por ordem da Metrópole.

2.2 CARACTERÍSTICAS DOS HOMENS DE NEGÓCIO DO SÉCULO XVIII NA COLÔNIA DO SACRAMENTO

Como em todas as localidades da América Portuguesa, o grupo mercantil que se formou na Colônia do Sacramento, não era homogêneo. Mas é possível encontrarmos características comuns entre os comerciantes que atuavam na praça portuguesa do Rio da Prata. Diferente dos negociantes da Bahia, Pernambuco ou Rio de Janeiro, os que atuavam em Sacramento, dificilmente tinham contato direto com o continente africano. A praça sacramentina era abastecida majoritariamente pelo tráfico interno desenvolvido

na América. Assim Osório (2000), ao estudar o grupo mercantil que se forma no atual Rio Grande do Sul no final século XVIII, percebe que muitos dos comerciantes que se estabeleceram na capitania, tinham contato com o Rio de Janeiro bem como com a Colônia do Sacramento. Também é possível perceber que o comércio entre a região meridional da América do Sul e o nordeste brasileiro era significativo¹⁴. Mesmo que a preferência de transações comerciais era entre Sacramento e o Rio de Janeiro, conforme Possamai (2001), isso devido à dependência da praça portuguesa no Rio da Prata pelo capital que era investido pelos fluminenses na região, o comércio com a Bahia era corriqueiro. O Rio Grande do Sul, conforme Osório (2000), também tinha forte ligação com a capitania do Rio de Janeiro, como já citado acima, isso se deve porque os principais comerciantes sul-riograndenses tinham como sócios homens de grosso trato fluminenses.

Outra forma de aumentar seu prestígio social, entre os homens de negócio da Colônia do Sacramento, é através dos laços de compadrio. Os negociantes tornando-se ou escolhendo padrinhos para sua família em regiões as quais não habitavam, podiam garantir poder social, além de terem homens influentes ligados a ele em diversos locais da colônia. Era através destes contatos que os homens mediam seu poder de ação na sociedade de Antigo Regime (Prado, 2003). Desta forma comprova-se o interesse dos comerciantes em ter vínculos nos locais em que estabeleciam trocas mercantis, além de perceber que a elite rural também via como importante às transações econômicas realizadas por esses comissários. Ao estabelecer esses vínculos, as transações comerciais eram mediadas por relações familiares, e este vínculo estabelecido entre o econômico e as questões de parentela eram importantes para aumento do prestígio econômico. Somente parte dos negócios envolvendo as praças brasileiras se referia à transações comerciais, a maior parte delas, eram ligadas a interesses sociais das elites mercantis.

Alguns dos homens de negócios da Colônia do Sacramento mantinham relação de compadrio com governadores da praça. Nos registros de batismo, entre os anos de 1735 e 1760, Luiz Garcia Bivar aparece como padrinho de filhos de comerciantes sacramentinos, por cinco vezes estabelece este vínculo com homens de negócio. O que pode explicar os títulos e as demandas atendidas por parte do governador de Sacramento

¹⁴ Dados cedidos pelo coordenador do projeto, “Os homens de negócio da Colônia do Sacramento e o Contrabando de Escravos para o Rio da Prata (1737-1777)”, financiado pelo CNPQ e executado entre 2012 e 2014, Professor Doutor Fábio Kuhn, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

em prol ao grupo mercantil, como mostra o trabalho de Kuhn (2012). “Ao governador interessava os recursos financeiros que os negociantes traziam para auxiliar a manter a praça mercantil” (Possamai, 2001). Para os comerciantes o que estava em jogo era o acesso ao contrabando com as possessões espanholas. A distinção entre os diversos comerciantes, também acontecia na Colônia do Sacramento (Kuhn, 2012). A divisão servia para diferenciar os *status* sociais dos negociantes, sendo a tentativa de enobrecimento dos maiores ou mais influentes mercadores. Em geral, aquele que era denominado Homem de Negócio era o que desenvolvia comércio mais significativo do que aquele que apenas era reconhecido como Negociante.

Kuhn (2012) chega ao número de 105 comerciantes, sendo que um quinto (21) era familiar do Santo Ofício, além de 71 do total deles, serem denominados ou titularam-se como Homens de Negócio, o que mostra que a maior parte daqueles que se dedicavam ao comércio, na praça sacramentina, no período de 1737 a 1777, eram negociantes de larga escala. Ter o título de Familiar do Santo Ofício, no extremo sul da América, era de grande prestígio social, pois conforme Monteiro (2010), para que este título fosse conquistado, era necessário comprovar sua “pureza de sangue”. Sendo assim, este cargo estava ligado, fundamentalmente, aos Cristãos Velhos, servindo de forma de garantia de promoção social fora da metrópole. Desta forma, percebe-se que a profissão de comerciante não está atrelada exclusivamente aos cristãos novos, e que os negociantes tentavam diferenciar-se através das mercês que ganhavam. Pertencer ao Tribunal da Inquisição significava não estar ligado aos Cristãos Novos, distinguindo-se destes que partilhavam do mesmo ofício. Dentro destas distinções é que se formava uma nova elite, a qual era baseada no seu próprio trabalho. Mas para Rodrigues, (2009), afirmar que o título de familiar do Santo Ofício era para apenas comprovarem que não eram cristãos novos, seria simplificar demais a mobilidade social que era garantida ao receber títulos, em uma sociedade de Antigo Regime. Como a Colônia do Sacramento não possuía Câmara, os homens de negócio ganhavam cargos na administração régia e buscavam principalmente o título de familiar do Santo Ofício. O que chama atenção é o grande número de homens ligados ao tribunal da Inquisição, o que podia estar relacionado à falta de postos no governo local.

Esses títulos que diferenciavam os homens serviam para que os grandes negociantes fossem distinguidos dos demais que se dedicavam a ramos do comércio que não eram tão lucrativos, conforme Borrego (2010). Isso não acontecia apenas no Rio da Prata, mas neste caso - da Colônia do Sacramento - como a praça era importante

estrategicamente, por estar em área de fronteira, tinha muitos moradores militares estabelecidos. O recrutamento, conforme Monteiro (2010), não teria divergido das demais regiões coloniais, foi compulsório sem a escolha de nenhum estrato social específico. Desta forma o agente inquisitorial representando o Tribunal do Santo Ofício significava ter ascendido socialmente, diferentemente da maioria da população.

Logo, a maior parte do grupo mercantil da Colônia do Sacramento era formada por comerciantes expressivos e influentes socialmente, a nível local. Osório (2000), ao tratar do grupo de comerciantes que se forma no Rio Grande do Sul, no período subsequente ao abordado por este trabalho, diz que nenhum dos homens de negócio da capitania chegou a ser tão expressivo quanto os do Rio de Janeiro. Muito provavelmente tenha ocorrido o mesmo na praça sacramentina, por ambas estarem mais afastadas das principais trocas mercantis realizadas no Oceano Atlântico. No entanto, o que se pode entender é que dentro desta praça, e na região de fronteira pela qual comercializavam, se tornaram influentes e fundamentais para a manutenção de Sacramento, como já apontado. As redes sociais dos homens de negócio da Colônia do Sacramento podem ser consideradas como prova da influência dos comerciantes e a importância que a região do Rio da Prata tinha frente ao comércio interamericano. Segundo Kuhn (2012), era desta forma que se percebia a capacidade de ação mercantil dos homens de negócio.

Alguns dos homens de negócio da Colônia do Sacramento, após a retirada lusitana do Rio da Prata, transferem-se para outras praças luso-brasileiras, como o Rio de Janeiro (Osório, 2000). Tendo enriquecido no período em que estiveram em Sacramento, alguns continuam na atividade mercantil, outros investem em setores distintos (Guglielmo, 2011). O caso estudado pela autora é de Joaquim Vicente dos Reis, lisboeta e que havia sido comerciante em Sacramento. Ao sair do Rio da Prata, arremata na Praça do Rio de Janeiro uma das maiores propriedades existentes, o que foi possível através dos altos lucros que teve quando comerciante, na praça sacramentina. Mas seu investimento no setor agrário, não significa que deixou suas intenções “empresariais”. O investimento no setor agrário significou o fortalecimento de sua posição nesse negócio. Não desligamento do comércio tinha liquidez dos produtos que produziam em suas propriedades, pois já tinham relações com portos consumidores.

3. TRÁFICO DE ESCRAVOS NA COLÔNIA DO SACRAMENTO

A Colônia do Sacramento não dependia unicamente do contrabando de escravos no século XVIII, conforme Prado (2003), também era comercializado com a praça, cachaça e açúcar. O abastecimento de frotas que vinham do Rio de Janeiro era cada vez mais importante para a praça sacramentina, devido ao crescente contrabando que esta realizava com regiões como Buenos Aires, Paraguai e as Minas de Potosí. Colônia do Sacramento foi construída para ser uma fortaleza militar, mas as dificuldades da capitania fluminense para manter as provisões necessárias para a vida na praça, fez com que seus moradores se tornassem dependentes do comércio ilícito que ocorria no Rio da Prata (Possamai, 2001). Mas a praça sacramentina também desenvolvia atividades agrícolas, bem como a de caça ao gado selvagem, além do comércio para manter as provisões (Possamai, 2011). Mas, segundo Prado (2003), todos os moradores do Rio da Prata eram comerciantes de menor ou maior escala, pois viviam em um espaço de fronteira no qual circulavam muitas pessoas de diversas origens, além de mercadorias. Na sociedade sacramentina confundiam-se autoridades, contrabandistas e homens de negócio. Desta forma, alguns mercadores possuíam fortes ligações com governadores da Colônia do Sacramento. Que conferiam a eles benefícios que podiam os tornar mais influentes na sociedade e assim conseguiriam melhores condições para desenvolver seu negócio. Assim, também, o comércio ilícito, por muitas vezes, foi praticado ou incitado por aqueles que deveriam inibi-lo (Kuhn, 2014).

Para Possamai (2002), o principal motivo para a fundação da Colônia do Sacramento foi garantir um meio de obter parte da produção da prata extraída em Potosí, o que era importante, porque Portugal passava por um período de crise econômica após a restauração da sua independência. As leis espanholas e portuguesas proibiam o contrabando, mas quem possuía cargos governamentais na região platina via como conveniência o comércio que era realizado entre as duas margens do rio. O que vinha em primeiro lugar era o interesse particular, que incluía o comércio ilícito e que garantia o lucro para ambas as partes. Mesmo que a carência de produtos tenha sido suprida, o contrabando continuava entre Buenos Aires e Colônia do Sacramento, pois além de lucrativa, a venda ocorria com pagamento à vista – diferente das demais regiões

luso-brasileiras, pois os portugueses usavam de sua posição social para comprar, a prazo, mercadorias, diferente dos espanhóis, que pagavam logo após a compra.

As tensões entre comerciantes e militares eram comuns em Sacramento, a praça não possuía Câmara, assim os interesses dos comerciantes não eram representados perante o governo local. Os militares detinham maior influência na praça devido ao seu caráter fronteiriço e de defesa das possessões portuguesas na América, dificultando a representação dos comerciantes frente à sociedade sacramentina. Os interesses militares eram defendidos com maior frequência pelos governadores da praça, devido ao caráter militar da Colônia do Sacramento, no entanto, os benefícios que os comerciantes traziam também eram importantes para a localidade, logo, muitas das reivindicações do grupo mercantil eram atendidas pelos administradores.

Para tanto, alguns dos comerciantes que se estabeleceram no entreposto, utilizaram do compadrio com governadores da praça. Como no caso de Manuel Coelho Rosa, ao batizar seu terceiro filho e ter como padrinho Luis Garcia de Bivar, que foi governador da Colônia do Sacramento. O mesmo governador aparece nos registros de batismo mais vinte e seis vezes como padrinho, entre eles, cinco vezes relacionado a comerciantes da praça. São eles: Manuel Gomes dos Santos e João de Azevedo Souza – por duas vezes cada – além do caso acima citado. O governador que antecede Bivar – Antônio Pedro de Vasconcelos – também aparece como padrinho, no período de 1735-1760, mas nenhum relacionado a mercadores da praça.

3.1 TRAFICANTES DE ESCRAVOS NA COLÔNIA DO SACRAMENTO

A maior parte da população sacramentina estava relacionada de alguma forma com o comércio, já que a praça platina era um importante entreposto comercial para os súditos das Coroas Ibéricas. Mas não eram todos aqueles que se envolviam nas transações mercantis que necessariamente dedicavam-se ao tráfico de escravos para as possessões espanholas na América. De 116 comissários/mercadores ou homens de negócio¹⁵ trinta e quatro podem ser considerados traficantes escravos¹⁶ por sepultarem cativos (ver Tabela 1 e 2). Estes homens aparecem em documentos declarando-se ou

¹⁵ Números do período de 1737-1777.

¹⁶ Números do período de 1730-1750.

apontados como homens de negócio, comerciantes ou comissários¹⁷, além de diversas vezes nos registros de óbito de escravos enterrando cativos vindos através de outros comerciantes de capitâneas brasileiras.

A maioria dos homens acima citados aparece poucas vezes enterrando escravos, apenas dois deles aparecem acima de dez vezes, são eles Bartolomeu Gomes Lisboa (11) e Manuel Coelho Rosa (17). Não necessariamente esses números representem que ambos os traficantes sejam aqueles que mais comercializavam cativos, talvez foram apenas os homens que mais perderam peças que vendiam. A quantidade de escravos enterrados não necessariamente é proporcional à quantidade traficada. Os trinta e quatro homens, apesar de estarem envolvidos no mesmo ramo do comércio, divergiam no apoio político da praça. Praticamente metade desses mercadores, quinze deles, era apoiadores oficiais do governador Bivar, enquanto que sete eram ditos contra o governo¹⁸, além de um deles – Domingues Fernandes de Oliveira – ser apontado como líder dos “Anti-Bivar”¹⁹. O governador Luíz Garcia Bivar estava relacionado com parte do grupo mercantil e pode-se supor que beneficiava àqueles que eram mais próximos a ele, fazendo com que parte dos comerciantes de modo geral fossem contra a sua administração. Não era apenas este grupo da sociedade sacramentina que se declarava favorável ou contra, também estavam envolvidos párocos e militares.

Entre os comerciantes sacramentinos, vinte e um eram familiares do Santo Ofício, mas entre os mais de três dezenas de traficantes de escravos apenas quatro deles eram ligados ao Tribunal da Inquisição, apontando para a pouca procura ou pouca possibilidade de provar a pureza de sangue neste grupo. Eles eram Tomé Barbosa, Simão da Silva Guimarães, João Borges de Freitas e Eusébio de Araújo Faria. Na documentação a maioria dos homens era dito ou intitulava-se homem de negócio ou mercador. Mas também havia alguns comissários, a maioria ligada a praça fluminense. A capitania do Rio de Janeiro também era preferencial quando comercializavam cativos, tendo comercializado em maior escala com esta, mas também mantendo relação significativa com os negociantes de Salvador. Vinte e seis compraram escravos

¹⁷ Dados cedidos pelo coordenador do projeto, “Os homens de negócio da Colônia do Sacramento e o Contrabando de Escravos para o Rio da Prata (1737-1777)”, financiado pelo CNPQ e executado entre 2012 e 2014, Professor Doutor Fábio Kuhn, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁸ Idem 17

¹⁹ KUHN, Fábio. “Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)” Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan-jun. 2012, pp. 29-42.

majoritariamente dos fluminenses, enquanto que apenas seis, realizaram a maioria das trocas mercantis com a capitania baiana, conforme os Registros de Óbito de escravos analisados.

Do total de traficantes de escravos, dezenove deles eram casados, reforçando a ideia de que as redes sociais iniciavam no âmbito familiar, pois através do matrimônio o homem de negócio aumentava seus contatos e com isso suas trocas comerciais ou mesmo influência dentro da sociedade. Além disso, muitos possuíam títulos militares, treze eram capitães, sendo muitos deles de Ilhas próximas a Colônia do Sacramento. Como o caso de José de São Luiz, que era capitão da Ilha das Duas Irmãs ou de Simão da Silva Guimarães, Capitão da Ilha Rasa. Estas ilhas eram importantes para esconderem os escravos ou fugirem da fiscalização das Coroas Ibéricas, quando necessárias. Outros eram ajudantes, alferes, tenentes ou sargento, mas continuavam na atividade comercial e aproveitavam dos benefícios que o título que carregavam poderia lhes trazer. Do total de quinze comerciantes que batizaram escravos adultos, nove eram traficantes de cativos. Deste total, seis eram considerados Homens Bons, segundo a documentação, embora a Colônia do Sacramento não possuísse Câmara na qual pudessem atuar e remetendo para sua “pureza de sangue” não estando ligado aos cristãos novos. Logo, a profissão não estava exclusivamente relacionada a estes, pois se tornou um meio de ascensão social e de enriquecimento rápido, sendo procurada por homens de diferentes origens. No grupo mercantil sacramentino está inserido Manuel Coelho Rosa, responsável pela maior parte dos registros de óbitos de escravos entre 1730 e 1750, pode ser considerado um dos mais importantes homens envolvidos no tráfico de cativos em Sacramento.

3.1.1 Manuel Coelho Rosa, um traficante no Rio da Prata

Nos registros de óbito de escravos aparecem 111 nomes de pessoas diferentes enterrando escravos na Colônia do Sacramento, que chegavam à praça através de homens de negócio de outros portos, como Buenos Aires, Rio de Janeiro e Bahia. Manuel Coelho Rosa aparece como consignatário de escravos dezessete vezes nos registros de óbito, sendo que onze eram escravos moleques. Como proprietário de cativos, Coelho Rosa aparece nos registros de morte por seis vezes, entre os anos de 1732 e 1752. Ainda aparece por oito vezes batizando escravos entre 1751 e 1762 –

cinco párvulos e três adultos. É devido a esses números expressivos relacionados a Coelho Rosa, que fazem o estudo da rede social deste homem de negócio sacramentino, importante. Mas, um fato curioso para um homem de negócio é que não aparece em nenhuma documentação do Arquivo Histórico Ultramarino – nem da Colônia do Sacramento, assim como Rio de Janeiro e Bahia. Portanto, irei me basear em documentos de óbitos de escravos e registros de batismo para abrir parte da sua rede de atuação na América Portuguesa.

Pretendo analisar as relações entre os diferentes grupos sociais de Sacramento, através do estudo da rede social de Manuel Coelho Rosa. Nascido na cidade do Porto, seguiu a tendência da maioria dos comerciantes do século XVIII; veio do Reino para a colônia na busca por ascensão social. Filho de Manuel Ferreira Coelho e de Francisca Rosa, casal que não possuía nenhum título honorífico. Coelho Rosa atuava na praça, alguns anos antes de contrair matrimônio, em 1751, com Vitória Silveira de Lacerda (natural da Colônia do Sacramento, nascida em 1738), filha de Manuel de Sousa Teixeira e Vitória da Silveira de Lacerda. Foram testemunhas de seu casamento o governador Luís Garcia Bivar e traficante Antônio da Costa Quintão. Três anos após a união, Coelho Rosa assinou a atestação que comprovava ser favorável ao governador que serviu de testemunha em seu casamento. Este atestado era registrado em tabelionato, a pedido do próprio Garcia Bivar, conforme Kuhn (2012), e não eram apenas homens de negócio que o assinavam, os militares, oficiais de ordenança e o clero regular – como os padres da Companhia de Jesus - também registravam serem a favor do governador sacramentino. Para reforçar sua importância e influência, Manuel Coelho Rosa foi um dos mercadores que contribuiu com 100 mil pesos para auxiliar a expedição de Gomes Freire de Andrade – sendo um dos maiores contribuintes – que foi realizada em 1753²⁰, mesmo sendo recentemente casado e com menos de dez anos desde seu primeiro registro na praça da Colônia do Sacramento²¹.

Por seu sogro ser natural do bispado de Angra, provavelmente foram parte dos que vieram para colonizar a nova possessão lusitana no Prata. Não sendo natural do Brasil, Manuel Coelho Rosa usou de sua posição como comerciante para casar-se com moça sacramentina, o que possibilitou aumentar a rede de atuação na sociedade daquela localidade. Na praça ainda estavam seus cunhados, o que ampliava sua rede de contatos

²⁰ PRADO, Fabrício Pereira. A Colônia do Sacramento: O extremo sul da América Portuguesa no século XVIII. Porto Alegre, 2002.

²¹ Idem 17

no local. O casal batiza cinco filhos entre os anos de 1754 e 1762. O pai de Vitória Silveira de Lacerda, não era natural da praça sacramentina, bem como sua mãe. Também não possuía títulos militares, mas sua mãe – que leva o mesmo nome da filha – aparece nos registros de óbito de escravos, enterrando um cativo no ano de 1748. Muito provavelmente, a família possuía alguns escravos para tarefas domésticas. É o único registro em que constam Vitória e Manuel de Sousa Teixeira entre os óbitos de escravos no período estudado neste trabalho.

A família para a qual Manuel Coelho Rosa entra, após se casar, aparece nos registros de batismo com frequência, provando que a rede de contatos que possuíam era extensa e com pessoas de diferentes grupos sociais. O último registro entre 1737 e 1777, foi o de compadrio. Uma das filhas de Coelho Rosa foi madrinha no ano de 1776, o que comprova que, provavelmente, toda a família tenha permanecido em Sacramento até o último ano em que a praça pertenceu aos portugueses, antes do Tratado de Santo Ildefonso. No entanto, Manuel Coelho Rosa falece antes de abril de 1762, quando seu último filho é registrado, tendo o pai já morto. Não é possível de se precisar a data e o ano, pois não aparece nos registros de óbito da Colônia, portanto, é muito provável que tenha morrido fora da praça sacramentina.

Manuel Coelho Rosa aparece nos registros analisados, pela primeira vez na Colônia do Sacramento, em 1748, quando enterra dois escravos que vendeu a Don Pedro Coelho - morador de Buenos Aires. Este registro já aponta para as trocas mercantis que realizava ilegalmente no Rio da Prata. Através dos óbitos de cativos, também é possível verificar o intenso comércio de Coelho Rosa com os homens de negócio da Bahia. Percebe-se que os comerciantes do nordeste brasileiro não se importavam com a longa distância que havia entre o porto de Salvador e Colônia do Sacramento, pois com exceção do súdito espanhol acima citado, e de Eugênio Martins – do Rio de Janeiro – o mercador sacramentino negociou escravos majoritariamente com baianos. Do total de dezessete registros, doze eram homens de negócio baianos. Nos registros constam Eugênio Martins (Rio de Janeiro), Custódio Machado Godinho e Cia, Feliciano Rodrigues (Bahia), Gerardo Barbosa (Bahia), Jerônimo Soares (Bahia), José da Silve Gomes (Bahia), José Vaz de Carvalho (Bahia), Luís Coelho Ferreira (Bahia),

Luís da Silva Castro, Maria Dias do Vale²² (Bahia), Paulo Ribeiro do Vale e Cia (Bahia) e Pedro Coelho (Buenos Aires).

Dos comerciantes acima listados, apenas dois aparecem com mais frequência citados como remetentes de escravos para Manuel Coelho Rosa e a outros homens da praça sacramentina. São eles: Eugênio Martins e Luis Coelho Ferreira. Pode-se entender que este último era homem de grosso trato, uma vez que os nomes dos demais negociantes se repetem poucas vezes nos registros, ou não passam de uma única citação. Outro fator importante é perceber que, como Berute (2006) defende ao tratar da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, a maioria dos comerciantes era eventual, com poucas viagens em sequência, para a parte meridional da América do Sul. Mas como os documentos, com os quais trabalho, não descrevem com exatidão o número de escravos que entraram em Sacramento, também é difícil precisar se a quantidade de vezes que os comerciantes aparecem citados, condiz, proporcionalmente, ao número de cativos introduzidos por estes na localidade, ou mesmo ao número de incursões feitas ao Prata. Luís Coelho Ferreira era importante comerciante baiano, membro da Mesa do Bem Comum²³, segundo Ribeiro (2006), além de ter auxiliado na criação da Companhia Geral da Guiné, que buscou garantir comércio com todos os portos da Costa da Mina, além de vedar a presença fluminense nesses mesmos lugares, permitindo a negociação com alguns comerciantes de Pernambuco. O homem de negócio baiano acima referido, também era Familiar do Santo Ofício e é citado por José Antônio Caldas²⁴ como negociante de maior inteligência e capacidade de frequentar o comércio. Além de ter cargo na Câmara de Salvador, ainda era Guarda Mor da Alfândega, conforme Ximenes (2012), título que ganha dez anos antes de sua morte, em 1774. Coelho Ferreira era armador e proprietário de navio, tendo levado em algumas viagens, seu sobrinho, José Luis de Souza Reis, o qual também comercializa escravos, por volta de 1745, na Colônia do Sacramento, com Luís Alvares Duarte. Seu sobrinho aparece nos registros esta única vez e antes mesmo de Luís Ferreira Coelho.

O comércio entre Buenos Aires e Colônia do Sacramento ocorreu em maior escala após o início da década de 1740, tendo em vista o final do monopólio britânico

²² Uma das poucas mulheres que aparece como comerciante de escravos. Segundo Thompson (2006), muitas delas estavam neste ramo por terem herdado a empresa negreira do marido, mas não era comum acontecer.

²³ Segundo o dicionário da Escravidão, de Clóvis Moura (2004), a Mesa do Bem Comum era uma espécie de Câmara do Comércio. Criada em 1723, na Bahia, para atender as solicitações dos homens de negócios que estavam vinculados ao comércio com a Costa da Mina.

²⁴ Citado por Ribeiro (2006). José Antônio Caldas foi engenheiro militar baiano e também foi cavaleiro da Ordem de Cristo.

no Rio da Prata, fazendo com que os lusitanos começassem a abastecer, com mais frequências, as possessões espanholas com cativos e outros produtos. Assim, se verifica que, os primeiros registros de Manuel Coelho Rosa ocorrem logo após o fim do período de dominação britânica no comércio de escravos no Rio da Prata. Através das fontes analisadas, não é possível saber se esses homens de negócio acima citados, comercializavam outros produtos além de cativos, mas muito provavelmente, seguem o padrão da maioria dos comerciantes do século XVIII, que não se dedicavam unicamente ao comércio negreiro, vendendo outros produtos como tabaco, açúcar e cachaça. O ano de 1750 foi muito promissor para Manuel Coelho Rosa, pois é quando este registra o maior número de escravos mortos. Como já dito, não é possível saber através das fontes analisadas, o total de cativos que foram traficados, mas se pode supor que nos anos em que há mais óbitos de escravos, houve também maior fluxo no comércio escravista no Rio da Prata.

Que Manuel Coelho Rosa tinha forte vínculo com os comerciantes de Salvador, não há como negar, o porquê da preferência por comercializar com estes, também não há como precisar através dos documentos utilizados nesta pesquisa. Coelho Rosa aparece algumas vezes, nos registros de óbito, descrito como comissário, logo, ele pode ser o representante de algum homem de negócio baiano. Além das transações comerciais, o negociante sacramentino estabeleceu relações de compadrio com o comerciante baiano, Luis Coelho Ferreira, ao batizar seu terceiro herdeiro, em 1758: sua filha Vitória. O Capitão Coelho Rosa estabelece trocas mercantis antes do nascimento da filha, pois relata, nos anos de 1750 e 1751, a morte de dois escravos que foram trazidos ao Rio da Prata pelo homem de negócio de Salvador. Como, em geral, os homens de negócio iniciavam sua carreira mercantil sendo caixeiros viajantes ou comissários e, depois, ao seguirem por conta própria, no comércio mantinham relações com seus antigos superiores, pode-se, hipoteticamente, acreditar que, o motivo pelo qual Coelho Rosa comercializa em larga escala com a praça de Salvador, seja devido ao influente negociante baiano acima referido.

Mas, para além das relações de compadrio entre comerciantes e com o governador já citado anteriormente, Manuel Coelho Rosa escolhe como padrinhos de seus filhos, homens com patentes militares, como no caso de seu filho José, que tem como padrinho o Tenente José da Silveira Goulart ou o primeiro filho, Manuel, que tem como madrinha, a filha de Goulart. Se analisados apenas os registros de batismo, percebe-se que a relação entre os diferentes grupos sociais que formavam a elite

colonial é intensa. O capitão também é escolhido como padrinho de filhos de pessoas importantes da praça, como de a filha de Mamede João – homem de negócio da Colônia do Sacramento.

Através da rede familiar que forma ao casar-se com Vitória, que como já dito, que era natural da praça sacramentina, Manuel Coelho Rosa, aumenta seus contatos. Isso é possível analisar, pois seu sogro – Manuel Sousa Teixeira – batiza seus filhos na Colônia do Sacramento e possui compadrio com José da Silveira Goulart, antes do casamento entre sua filha e o homem de negócio acima citado. Coelho Rosa tinha título de Capitão. Mesmo assim, permaneceu na atividade mercantil. Sabe-se que os comerciantes, para além de distinção social, buscavam as mercês para beneficiarem-se, como por exemplo, para não pagar taxaões. Os laços de compadrio com a família de José da Silveira Goulart podem ser justificados pelos títulos militares que ambos tinham. A esposa de Goulart era madrinha de Manuel – primeiro filho de Coelho Rosa – mas o tenente só batiza o último filho do casal, no ano de 1760, após a morte de Manuel da Sousa Teixeira – que já aparece nos registros como morto em 1756.

Foi possível perceber neste capítulo, que as redes sociais passavam inicialmente o âmbito familiar para posteriormente chegar à esfera comercial. Mas ambas as áreas interligavam-se devido aos interesses dos traficantes, que também podiam estar relacionados às vantagens garantidas pela administração colonial. Também se percebeu as ligações que possuíam entre as praças luso-brasileiras e a Colônia do Sacramento. Mesmo com as tentativas de barrar as negociações no Rio da Prata, os traficantes conseguiam comercializar também com os súditos espanhóis. Tendo em vista que Manuel Coelho Rosa foi o traficante que mais enterrou escravos e que devido a este motivo era um dos mais importantes dentro do grupo que se formou na Colônia do Sacramento no século XVII, pode-se supor que tendo assinado o documento demonstrando ser favorável ao governador Luís Garcia Bivar as possibilidades de comercializar para além da fronteira sacramentina podiam ser maiores, e por isso comercializava em maior escala que os outros homens de negócios que não apoiavam a administração local.

CONCLUSÃO

O tráfico interamericano era de fundamental importância para os homens de negócio sacramentinos, que eram abastecidos de mercadorias vindas de outras praças da América Portuguesa, tais como Bahia e Rio de Janeiro, e revendiam-nas para súditos espanhóis de Buenos Aires. Mas o tráfico interno só era possível devido àquele que era desenvolvido no Atlântico e que ligava o continente africano ao Novo Mundo. O comércio transatlântico era responsável pelo abastecimento de mão de obra africana na América, além de ser o motivo pelo qual os homens lançaram-se ao mar em busca de ascenderem socialmente. A mobilidade social, através do comércio, só era possível devido ao tráfico de escravos ter se tornado um dos ramos mais lucrativos do mercado colonial, em virtude da grande procura desta mão de obra para o desenvolvimento da economia agrária exportadora.

Tanto o tráfico interamericano, quanto o transatlântico, possibilitou o surgimento de grupos mercantis importantes na sociedade de Antigo Regime, como por exemplo, aquele que se formou na Colônia do Sacramento. Que através das trocas mercantis estabelecia suas próprias regras, tornando-se autônomo frente a Coroa Portuguesa. As trocas mercantis entre súditos das Coroas Ibéricas eram proibidas; mas, mesmo assim, ocorriam com bastante frequência, pois os homens que deviam controlá-las estavam envolvidos com os traficantes e defendiam, primeiramente, seu interesse pessoal, para depois atender a Coroa e aos demais súditos. Esse foi o caso visto, da forte relação de Manuel Coelho Rosa com Luís Garcia Bivar, desde os primeiros anos do homem de negócio na Colônia do Sacramento. Percebe-se que, as transações comerciais com a possessão portuguesa no Rio da Prata, aumentam após a retirada britânica de Buenos Aires. Não se trata apenas do comércio entre Sacramento e os portenhos. Baianos e fluminenses também conseguem maior liquidez de seus produtos devido ao aumento da venda destes, pelos comerciantes sacramentinos. Assim, Coelho Rosa realiza o registro de óbito dos escravos apenas após o período do Asiento inglês, não significando necessariamente que ele tenha iniciado sua carreira mercantil após a década de 1740. Talvez tenha comprado maior quantidade de cativos naquele período – devido à liquidez das peças no mercado – e tenham morrido mais do que anteriormente.

O comércio com a Colônia do Sacramento era importante, tanto para os comerciantes da capitania do Rio de Janeiro – que estava vinculada com a praça platina desde sua fundação –, quanto para os negociantes da Bahia que, mesmo com a longa distância percorrida, negociavam com muita frequência com o Rio da Prata, em padrão distinto àquele encontrado por Berute (2006), ao tratar da Província do Rio Grande de São Pedro, no final do setecentos. Tendo em vista, que ainda no início do século XVIII a capitania baiana desempenhava maior importância no comércio de cativos e por isso aparece com mais frequência nas viagens ao sul da América Portuguesa, diferentemente do final desse período, quando a capitania fluminense havia se tornado o principal porto de redistribuição no território luso-brasileiro. Manuel Coelho Rosa é a prova do largo interesse dos comerciantes de Salvador na região platina, tendo recebido a maioria dos escravos através dos baianos. A distância devia ser levada em consideração, pois o comércio era significativo, compensando as longas distâncias percorridas.

Como Thompson (2006) ressalta em seu trabalho, também pude perceber que o tráfico de escravos era uma empresa familiar, que dependia das redes de contatos estabelecidas pelos homens de negócio. Esses contatos eram estabelecidos primeiramente nas relações familiares, para depois estenderem-se nas questões comerciais e de compadrio. Esta última que, para mim, pode ser a mais ampla e interessante rede a serem analisadas e questionadas, as escolhas feitas pelos comerciantes. A seleção de governadores da Colônia do Sacramento me parece estratégia para que suas trocas mercantis com o lado oposto do Rio da Prata não fossem impedidas ou controladas rigidamente. Aos governadores interessavam esses contatos, sendo que as provisões chegavam através do comércio ilícito a praça sacramentina.

O Novo Mundo, assim como a Colônia do Sacramento, era vista como um lugar onde era possível se prosperar dentro da sociedade de Antigo Regime. O fato é que nenhum homem de negócio sacramentino enriqueceu tanto quanto os comerciantes das praças luso-brasileiras no atlântico, pois a quantidade traficada para a parte meridional da América do Sul era pequena, se comparada a outros pontos do Brasil. Mesmo que o grupo mercantil que surgiu na Colônia do Sacramento ao longo das décadas de 1730 a 1770, não fosse tão expressivo quanto aqueles que se formaram nas capitanias fluminense ou baiana, sua compreensão é importante devido ao espaço geográfico que ocupava e ao comércio interamericano que era possibilitado também pela praça sacramentina. Os homens de negócio sacramentinos mesmo ganhando títulos e benesses continuavam na atividade mercantil, como por exemplo, no caso estudado de Manuel

Coelho Rosa, que mesmo sendo Capitão, continuou comprando escravos para serem revendidos, pois foi através do comércio que conseguiram a ascensão social e sua riqueza.

É, portanto, através dos estudos de pequenos detalhes, como a trajetória de Manuel Coelho Rosa, ou de grupos sociais, como o de comerciantes que é possível e descobrir possibilidades imperceptíveis anteriormente (Guglielmo, 2011). Assim, a prosopografia de grupos menores, pode-se fazer mais útil para se entender as redes com as quais o grupo estudado tem contato. No século XVIII, o comércio foi o fator determinante para as relações sociais, possibilitando a mobilidade dentro de uma sociedade, até então, fortemente ligada à “lei da nobreza”. É por este motivo, que o setecentos é distinto dos períodos anteriores.

BIBLIOGRAFIA

- ACRUCHE, Hevelly. Escravidão e liberdade em território coloniais: Portugal e Espanha na fronteira platina. Dissertação de Mestrado. 2013.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, século XVI e XVII. Companhia das Letras, 2000.
- BARBA, Enrique M. Sobre El contrabando de La Colonia Del Sacramento (Siglo XVIII). Separata investigaciones y Ensayos nº28. Academia Nacional de La História. Buenos Aires, 1980.
- BERTRAND, Michel. De la família a La red de sociabilidad. In: Revista Mexicana de Sociologia, Vol. 61, nº 2. p. 107-135. México. 1999.
- BERUTE, Gabriel. Dos escravos que partem para os portos do Sul – Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006.
- BLACKBURN, Robin. A construção do Escravismo no novo mundo: 1492 – 1800. Editora Record, 2003.
- BORREGO, Maria Aparecida M. *A teia mercantil – Negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- BORUCKI, Alex. The Slave Trade to the Río de la Plata, 1777-1812: Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare. In: Colonial Latin American Review, vol. 20, No. 2011.
- _____. Las rutas del tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata, 1777-1812. (2009) Disponível em <<http://www.esclavidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alexborucki.pdf>> Acesso 06.set.2014.
- BRAGA, Nilza Licia Xavier Silveira. Tráfico negreiro e fazendas têxteis: Uma breve trajetória do negociante e conselheiro Elias Antônio Lopes nos negócios africanos e indianos (fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX). Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2005.
- BURKE, Peter. Teóricos e historiadores. In: *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.
- ELTIS, David & RICHARDSON, David. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven & London: Yale University Press, 2010.
- FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)” in: Afro-Ásia, nº 31, 2004, p. 83-126.
- FERREIRA, Roquinaldo. “Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a microescala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX” in: Tempo. nº 20, jan/jun 2006, p. 23-49.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. “O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)”. Civilização Brasileira. 2001
- GLUGLIELMO, Mariana Gonçalves. As múltiplas facetas do vassalo “mais rico e poderoso de Portugal no Brasil”: Joaquim Vicente dos Reis e sua atuação em Campos

- dos Goitacases (1781-1813). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. 2011.
- KLEIN, Herbert. O tráfico de escravos no Atlântico. Ribeirão Preto: Funpec Editora, 2004.
- KUHN, Fábio. "As redes da distinção familiares da Inquisição na América Portuguesa do século XVIII". *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 26, nº43. p.177-195. 2010.
- _____. "Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)" *Topoi*. *Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, jan-jun. 2012, pp. 29-42.
- _____. "Clandestino e ilegal: O contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)". In: XAVIER, Regina Célia Lima. "Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise". Alameda Casa Editorial (2012).
- _____. "Tráfico negreiro para a Colônia do Sacramento através das fontes paroquiais: algumas considerações metodológicas". Paper apresentado na V Reunião do Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da AUGM. Mar del Plata, Argentina, abril de 2014.
- MILLER, Joseph C. "A economia política do Tráfico Angolano no século XVIII". In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- MONTEIRO, Lucas Maximiliano. Ser Familiar do Santo Ofício via redes sociais: os vínculos entre agentes inquisitoriais e suas testemunhas em Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento (século XVIII). *In: Revista de História UFBA*, 2, 2 (2010). P.35-38.
- OSÓRIO, Helen. "Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa" in: *Revista Brasileira de História*. Vol. 20, nº 39, 2000, p. 99-134.
- PESAVENTO, Fábio. Um pouco antes da Corte – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do Século XVIII. *Revista brasileira de História*. São Paulo, 2001.
- POSSAMAI, Paulo César. O cotidiano da Guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento (1715-1735), 2001.
- _____. Aspectos do cotidiano dos mercadores na Colônia do Sacramento durante o governo de Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749). *Revista de Estudos Ibero Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 2002.
- _____. A fundação da Colônia do Sacramento. *In: Revista de Humanidades*. V.05 N.12, 2004.
- _____. O tráfico de escravos na Colônia do Sacramento. 5º encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/possamai%20paulo%20cesar.pdf>> Acesso em: 27.setembro de 2014.
- _____. A Colônia do Sacramento vista pelos viajantes (século XVIII). *In: Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v.38. 2012.
- PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. 2003.
- RIBEIRO, Alexandre V. "O comercio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII" in: *Locus – Revista de História*. Vol. 12, nº 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27.
-

_____. “O comercio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII” in: *Locus – Revista de História*. Vol. 12, nº 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27.

ROSAL, Miguel Angel. El tráfico de esclavos hacia el Rio de la Plata a fines del período hispánico. In: PINEAU, Marisa, compiladora. *La Ruta del Esclavo en el Rio de la Plata. Aportes para el diálogo intercultural – 1ª edição – Caseros: Universidade Nacional de Tres de Febrero, 2011.*

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Homens de Negócio: Vocabulário Social, Distinção e Atividades Mercantis nas Minas Setecentistas. HISTÓRIA, São Paulo, 2009.*

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquia social e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.*

SANTOS, Corsino Medeiros do. *O tráfico de escravos do Brasil para o Rio da Prata. Editora Senador Federal, 2010.*

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Interno Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550 – 1835. Companhia das Letras. 1988.*

STONE, Lawrence. *Prosopografia. In: Revista Sociol. Polit. Volume 19, nº39. p. 115-137. (2011).*

SWEET, James H. *Recrutar África. Edições 70 - 2007.*

THOMPSON, Estevam Costa. *Negreiros nos Mares do Sul: Famílias traficantes nas rotas entre Angola e Brasil em fins do século XVIII. Brasília: Programa de Pós Graduação em História. 2006.*

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. *Apologia à fronteira (manejada): uma proposta conceitual. In: Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: PUCRS, 2012.*

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. *Bahia e Angola: Redes Comerciais e o tráfico de Escravos 1750-1808. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.*

FONTES:

ACMRJ: Livro 4º de batismos de escravos (1747-1774); livros 2º, 3º e 4º de batismos de livres da Colônia do Sacramento (1735-1777); livros de casamentos (1722-1777).

2º Livro de Óbitos de livres e escravos da Colônia do Sacramento, fl. 91-137v (1735-1747)

6º Livro de Óbitos de negros, índios, mulatos e cativos, fl. 1-54v (1747-1752)

ANEXOS:

TABELA 1:
Trocas Mercantis com a Bahia e sem procedência

Nome:	Pro/Anti Governo de Luíz Garcia Bivar	Vezes enterrando escravos:	Local de procedência:
Antônio da Costa Quintão	Anti-Bivar	4	Rio de Janeiro e Bahia
Francisco de Almeida	-	1	Bahia
Gonçalo da Costa Cunha	Pró-Bivar	6	Bahia
João de Freitas	Anti-Bivar	5	Bahia, Nação Espanhola e Rio de Janeiro
João Ivo dos Santos Chaves	Pro-Bivar	4	Bahia
José de São Luíz	Pro-Bivar	1	-
Manuel Coelho Rosa	Pro-Bivar	17	Bahia, Rio de Janeiro e Buenos Aires
Manuel Lopes Fernandes	-	1	-
Manuel Gomes dos Santos Lisboa	-	5	Rio de Janeiro e Bahia
Manuel Pereira Franco	-	2	Bahia e Rio de Janeiro

TABELA 2:
Trocas mercantis com o Rio de Janeiro

Nome:	Pro/Anti Governo de Luíz Garcia Bivar	Vezes enterrando escravos:	Local de procedência:
Antônio da Costa Quintão	Anti-Bivar	4	Rio de Janeiro e Bahia
Antônio da Rocha Silva	Pro-Bivar	2	Rio de Janeiro
Antônio Pereira Castro	Pró-Bivar	1	Rio de Janeiro
Bartolomeu Gomes Lisboa	-	5	Rio de Janeiro
Diogo Gonçalves Lima	Pro-Bivar	6	Rio de Janeiro e Buenos Aires
Domingues Fernandes de Oliveira (e Companhia)	Anti-Bivar	1	Rio de Janeiro
Eusébio de Araujo Faria (e Companhia)	Pro-Bivar	2	Rio de Janeiro
Francisco Martins Unhão	Pro-Bivar	3	Rio de Janeiro
Francisco Xavier Fonseca	-	3	Rio de Janeiro
Inácio da Costa Machado	-	2	Rio de Janeiro
João Borges de Freitas	-	8	Rio de Janeiro
João Correia Morais	-	1	Rio de Janeiro
João da Costa	-	1	Rio de Janeiro

Quintão			
João da Cunha Neves	-	2	Rio de Janeiro
João de Freitas	Anti-Bivar	5	Bahia, Nação Espanhola e Rio de Janeiro
José da Costa Pereira	Pro-Bivar	9	Rio de Janeiro e Buenos Aires
José de Barros Coelho	Pro-Bivar	2	Rio de Janeiro
José Joaquim da Luz	Pro-Bivar	1	Rio de Janeiro
Manuel Coelho Rosa	Pro-Bivar	17	Bahia, Rio de Janeiro e Buenos Aires
Manuel de Abreu Guimarães	Pro-Bivar	1	Rio de Janeiro
Manuel de Macedo e Silva	-	3	Rio de Janeiro
Manuel Gomes dos Santos Lisboa	-	5	Rio de Janeiro e Bahia
Manuel Gonçalves Machado (e Companhia)	Pro-Bivar	3	Rio de Janeiro e Buenos Aires
Manuel José de Almeida	-	2	Rio de Janeiro
Manuel Pereira Franco	-	2	Bahia e Rio de Janeiro
Manuel Pereira do Lago	-	1	Rio de Janeiro
Simão da Silva Guimarães	Pro-Bivar	3	Rio de Janeiro
Tomé Barbosa	Anti-Bivar	4	Rio de Janeiro
